



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

PROJETO DE LEI 020/22

Dispõe sobre Autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente.

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 29.007.997,46 (vinte e nove milhões, sete mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos):

01.16.01.04.131.0021.2.026.3.3.90.30	01.000.0000	R\$	1.000,00
01.16.01.04.131.0021.2.026.4.4.90.52	01.000.0000	R\$	1.000,00
01.20.01.08.244.0161.2.020.3.1.90.04	01.000.0000	R\$	1.000,00
01.20.01.08.244.0161.2.172.3.3.50.41	01.000.0000	R\$	600,00
01.23.04.04.122.0106.2.086.3.3.30.92	01.000.0000	R\$	97.796,38
01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.50.85	01.000.0000	R\$	21.470.601,08
01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.50.85	05.000.0000	R\$	7.435.000,00
01.26.01.15.451.0141.2.097.4.4.90.40	01.000.0000	R\$	1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito no artigo anterior, serão utilizados recursos previsto no inciso III, parágrafo primeiro, do artigo 43 da Lei Federal n. 4320/64:

01.16.01.04.131.0021.2.026.3.3.90.39	01.000.0000	R\$	2.000,00
01.20.01.08.244.0161.2.020.3.1.90.07	01.000.0000	R\$	1.000,00
01.20.01.08.244.0161.2.172.3.3.90.39	01.000.0000	R\$	600,00
01.23.04.04.122.0106.2.086.3.3.90.39	01.000.0000	R\$	97.796,38
01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.90.39	01.000.0000	R\$	21.470.601,08
01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.90.39	05.000.0000	R\$	7.435.000,00
01.26.01.15.451.0141.2.097.4.4.90.92	01.000.0000	R\$	1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 08 de abril de 2022. (PA n. 10942/2021-3)

Eng.º Caio Mateus
Prefeito do Município



Folhas 03
Proc. 169/22

Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que ***"Dispõe sobre Autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente"***, pelos seguintes motivos:

O Projeto de Lei refere-se à abertura de Crédito Especial. Sobre ele, o artigo 41, parágrafo II, apresenta a seguinte classificação:

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;"

Na ocasião da elaboração do orçamento para o atual exercício, na Ação de Governo Publicidade e Propaganda da Secretaria de Governo e Gestão não foi prevista a natureza de despesa para aquisição de material de consumo, bem como de equipamentos e material permanente. Para uma melhor execução orçamentária, será necessário incluir a classificação funcional:

01.16.01.04.131.0021.2.026.3.3.90.30	R\$ 1.000,00
01.16.01.04.131.0021.2.026.4.4.90.52	R\$ 1.000,00

A fonte de recurso será por anulação parcial da dotação nº 47, no valor de R\$ 2.000,00.

A Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda solicita a inclusão da natureza de despesa 3.3.50.41 – contribuições para o pagamento da anuidade da Associação da Frente Paulista dos Dirigentes Públicos Municipais da Assistência Social – COGEMAS/SP. O custo da anuidade para o presente exercício é de R\$ 600,00. A origem da fonte de recurso é por anulação parcial da dotação nº 318. Segue a classificação funcional a ser inserida:

01.20.01.08.244.0161.2.172.3.3.50.41	R\$ 600,00
--------------------------------------	------------

Também deverá ser incluída a natureza de despesa 3.1.90.04. A inclusão da funcional programática atenderá ao Programa Próspera Família que tem por objetivo promover mobilidade social e romper com o ciclo intergeracional de perpetuação da proteção integral, inclusão produtiva e estímulo à geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade. Segue:

01.20.01.08.244.0161.2.020.3.1.90.04	R\$ 1.000,00
--------------------------------------	--------------

A fonte de recurso é por anulação parcial da dotação nº 305.



Prefeitura do Município de Bertópolis
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Folhas 04
Proc. 169/22

A Secretaria de Segurança e Mobilidade necessita incluir a natureza de despesa 3.3.30.92 – Despesa de Exercício Anterior para quitar o restante da contribuição ao FUNSET referente ao exercício de 2021. O saldo remanescente é de R\$ 97.796,38. A origem da fonte de recurso é por anulação parcial da dotação nº 483. Segue:

01.23.04.04.122.0106.2.086.3.3.90.92

R\$ 97.796,38

O Ministério da Economia por meio da Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 05 de outubro de 2021, atualizou a Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, que dentre as alterações, incluiu a natureza de despesa 3.3.50.85, Contrato de Gestão que tem por objetivo registrar as transferências às organizações sociais ou outras entidades privadas sem fins lucrativos para a execução de serviços no âmbito do contrato de gestão firmado com o Poder Público. Tendo em vista que o contrato firmado com o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde tem como objeto gerenciar o Hospital Municipal, há de haver a inclusão desta natureza de despesa.

01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.50.85	01.000.0000	R\$ 21.470.601,08
01.25.01.10.302.0124.2.066.3.3.50.85	05.000.0000	R\$ 7.435.000,00

A origem da fonte de recurso é por anulação parcial da dotação nº 670.

A fim de atender a demanda de serviços gerados pela contratação de novos servidores como arquitetos e engenheiros lotados na Secretaria de Obras e Habitação, há a necessidade de incluir a natureza de despesa 4.4.90.40 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação para adquirir novas licenças como AutoCAD. A classificação funcional a ser incluída será:

01.26.01.15.451.0141.2.097.4.4.90.40

R\$ 1.000,00

A fonte de recurso é por anulação parcial da dotação nº 751.

O valor total deste Projeto de Lei é de R\$ 29.007.997,46.

O Projeto de Lei foi elaborado e será executado de acordo com o observado na Lei nº 4.320/1964, artigo 42:

“Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.”

Ou seja, após a aprovação deste Projeto de Lei, o Poder Executivo abrirá por decreto os créditos conforme a necessidade.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

Eng.º Caio Matheus



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Folhas 05
Proc. 369/22

Bertioga, 08 de abril de 2022.

OFÍCIO N. 116/2022 – SG
Processo Administrativo n. 10942/2021-3
(Favor mencionar esta referência)

Excelentíssimo Senhor,

Com os nossos cordiais cumprimentos e reiterando os protestos de estima e consideração, servimo-nos do presente para encaminhar a esta Egrégia Casa de Leis, para apreciação e votação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei que ***“Dispõe sobre Autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente”***.

Considerando a relevância que cerca o presente projeto de lei, requeremos o Regime de Urgência Especial, nos termos do artigo 153, inciso I, da Resolução n. 68/2004, Regimento Interno da Câmara Municipal de Bertioga.

Atenciosamente,

Eng.º Caio Matheus
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Vereador
ANTONIO CARLOS TICIANELLI
Presidente da Câmara Municipal de Bertioga

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 300

Data 08/04/2022

Hora 16:57

Funcionário Luiza

Adm. Arilson Lisboa Sabino
Diretor - Dep. Administração